ADUNIOESTE
SINDICATO DE DOCENTES DA UNIOESTE
(Seção Sindical do Andes – Sindicato Nacional)

ACESSO AO CARGO DE PROFESSOR TITULAR NAS IEES DO PARANÁ SERÁ REFERÊNCIA NO DEBATE SOBRE CARREIRA DOCENTE EM TODO O PAÍS.

A Adunioeste (Seção Sindical do Andes-Sindicato Nacional) esteve representada no **Encontro Nacional de Carreira Docente, realizado em Brasília-DF, no período de 20 a 22 de novembro de 2009**. O professor Luiz Fernando Reis representou a Adunioeste e o professor Antonio de Pádua Bosi participou como convidado, proferindo a palestra de abertura do Encontro: “Carreira Docente: mecanismos para a progressão acadêmica”.

O Encontro Nacional de Carreira Docente contou com a participação de 29 seções sindicais do ANDES-SN. O encontro iniciou com informes sobre a reunião com o MPOG (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) sobre a reestruturação que o governo Lula quer introduzir na carreira do magistério superior federal. Em seguida, o professor Antonio de Pádua Bosi, abordou o tema “Carreira Docente: mecanismos para a progressão acadêmica” enfatizando o processo de crescente precarização do trabalho docente. Em seguida ocorreu o debate. Na sequência os representantes das seções sindicais foram divididos em grupos para o debate dos três temas propostos pelo Encontro: Eixo, princípios e estrutura da carreira docente. Ao final do Encontro foi realizada plenária final de discussão dos relatórios de cada grupo e aprovação das deliberações consolidadas no Relatório Final.

O Encontro apontou a necessidade de se aprofundar o debate a respeito do acesso e a denominação da última classe da carreira docente (Pleno, Titular). Neste ponto a ADUSP (Associação dos Docentes da USP) sugeriu que todas as seções sindicais aprofundem o debate sobre a possibilidade de implantação no restante do país do item referente ao acesso ao cargo de professor titular que está em vigor no estado do Paraná, regulamentado pela lei estadual nº 16.179, de 17 de julho de 2008. No estado do Paraná o acesso ao cargo de Professor Titular é feito por meio de Concurso Público. Mas, no caso do professor já pertencer ao quadro do sistema estadual, não é necessário demitir-se para assumir o cargo, sua matrícula de servidor é mantida e, assim, seus direitos trabalhistas e previdenciários são preservados. No sistema federal e nos demais sistemas estaduais os professores aprovados em concurso público para o cargo de Professor Titular são obrigados a demitir-se e ao assumir o novo cargo são prejudicados, pois são enquadrados às novas regras previdenciárias.

ENCAMINHAMENTOS APROVADOS NO ENCONTRO

(conforme Relatório encaminhado pela Diretoria do Andes - Sindicato Nacional)

I- Princípios Gerais da Carreira Docente:

- 1- Ingresso por concurso público;
- 2- Titulação;
- 3- Regime de Trabalho de 20h e DE; com explicitação dos editais de concurso público destes regimes;
- 3- Paridade;

II- EIXOS NORTEADORES DA CARREIRA DOCENTE

- 1- Formação/Titulação;
- 2 – Tempo de Serviço automático na forma de XN [Anuênio, biênio, triênio e quinquênio]

III- PRINCÍPIOS NORTEADORES DA CARREIRA DOCENTE

1. O trabalho docente é um trabalho intelectual, único, de natureza artesanal, possuindo características que lhe são próprias e constitutivas, não podendo ser submetido a critérios ou indicadores utilizados no mercado ou na produção industrial;

- 1.1. A carreira docente deve ser entendida como estímulo ao crescimento e desenvolvimento dos docentes no desempenho de suas atividades acadêmicas e não apenas como recurso de acréscimo salarial;

2. Dado a complexidade de uma atividade que envolve relações humanas, as instituições devem garantir as condições de saúde e segurança indispensáveis à humanização do trabalho acadêmico;

3. Preservar no detalhamento da carreira o princípio da diversidade existente hoje no que se refere aos diferentes níveis de formação/titulação (graduação, especialização, mestrado, doutorado, livre docência e titularidade), não vinculado a estrutura da carreira docente.¹
4. A carreira deve conter princípios do caderno 2, além dos que estão no item “E”, que trata das condições de trabalho docente e acrescentar: Regime Jurídico Único, isonomia salarial entre docentes em exercício e os docentes aposentados (resguardar os direitos dos aposentados); deve-se contemplar um equilíbrio salarial entre início, meio e final da carreira.
5. A relação entre o salário do início e do final da carreira não deve exceder X vezes;²
6. Estrutura simplificada de carreira com 5 classes correspondentes de formação/titulação. A denominação das classes deverá decidida no 28º Congresso do Andes-SN.³
- 6.1 A estrutura será composta por 5 classes e 4 níveis na carreira.⁴
- 6.2 A última classe da carreira terá apenas um nível.⁵
7. As instituições devem fornecer as condições para o exercício articulado do ensino, pesquisa e da extensão, conforme o preceito constitucional da indissociabilidade entre estas atividades fins da universidade;
8. Carreira deve ter estrutura aberta, com ingresso em qualquer nível, mediante concurso público e progressão respeitando a formação/titulação;
9. Carreira de estrutura aberta, com ingresso em qualquer nível, mediante concurso público e progressão respeitando o tempo de serviço e formação/titulação; A carreira deve ter critérios claros de promoção.
10. O trabalho docente pressupõe as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão universitária e exercício de mandato sindical;⁶
11. A carreira deve manter o padrão unitário de qualidade (é necessária uma atualização do Caderno 2 do Andes-Sindicato Nacional, p. 30);

TRANSPOSIÇÃO PARA NOVA ESTRUTURA DE CARREIRA – Este ponto não foi deliberado, porém a Coordenação do GT-Carreira sugere que as seções sindicais debatam este ponto para deliberação no 29º Congresso do Andes-SN, a ser realizado em Belém do Pará em janeiro de 2010.

¹ Este ponto foi alvo de um amplo debate no Encontro Nacional de Carreira, sendo aprovada em primeira votação a vinculação da titulação/formação a estrutura de classes. Depois de um recurso de votação, foi retirada a vinculação da titulação/formação da estrutura de classe. A orientação da Coordenação do GT-Carreira sugere que as seções sindicais aprofundem o debate desta questão para deliberação no 29º Congresso do Andes-SN.

² O Encontro Nacional de Carreira não definiu o piso e o teto para este ponto. A Coordenação do GT-Carreira sugere que as seções sindicais aprofundem o debate desta questão para deliberação no 29º Congresso do Andes-SN.

³ A coordenação do GT-Carreira sugere que as seções sindicais aprofundem o debate sobre as denominações das classes, por exemplo: (auxiliar, assistente, adjunto, associado e titular) ou (Classe I, II, III, IV e V) entre outras possíveis denominações, para deliberação no 29º Congresso do Andes-SN.

⁴ A coordenação do GT-Carreira sugere que as seções sindicais aprofundem o debate sobre a malha salarial.

⁵ A coordenação do GT-Carreira sugere que as seções sindicais aprofundem o debate sobre este ponto, inclusive na denominação desta última classe. Ex: Pleno, Titular ou outras denominações. **Neste ponto também foi sugerido pela ADUSP que as seções sindicais aprofundem o debate sobre a possibilidade de implantação no restante do país do item referente a professor titular que está em vigor no Estado do Paraná. Ex: Lei 11.713/1997. Art. 14.** O acesso ao cargo de Professor de Ensino Superior na Classe de Professor Titular será feito mediante habilitação em concurso público de provas, títulos e defesa de trabalho científico, podendo inscrever-se o portador de título de Doutor ou Livre-Docente há pelo menos 04 (quatro) anos e com experiência comprovada em docência no ensino superior de 04 (quatro) anos. (Redação dada pela lei 16719, de 17 de julho de 2009)

§ 2º. Na hipótese de que o aprovado para o cargo de Professor de Ensino Superior na Classe de Professor Titular seja oriundo da Carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Paraná este manterá, para todos os efeitos legais, a respectiva matrícula e o cômputo do respectivo tempo de serviço e contribuição, ficando dispensado do estágio probatório. (Incluído pela Lei 16179 de 17/07/2009)

§ 3º. Em face do que dispõe o art. 40, inciso III da Constituição da República Federativa do Brasil, para efeito de aposentadoria, o docente de que trata o parágrafo anterior estará sujeito ao cumprimento de 05 (cinco) anos de efetivo exercício na Classe de Professor Titular. (Incluído pela Lei 16179 de 17/07/2009)

⁶ Os itens deste quadro não foram apreciados no Encontro Nacional de Carreira, devido ao encerramento das atividades às 18 horas do dia 22 de novembro, porém, estes pontos devem ser debatidos nas seções sindicais para serem objetos de apreciação e deliberação no 29º Congresso do ANDES-SN.